

# VESTIBULAR E ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 70 E 80\*

Bernardete A. Gatti

Nos anos 70 viveu-se a implantação da reforma universitária proposta pela Lei 5540, de 1968, e a acirrada discussão sobre o sistema de vestibular unificado implantado nos anos 60. Os artigos da década de 70 publicados nos *Cadernos de Pesquisa* refletem as preocupações que historicamente se vivenciaram sobre a questão do acesso ao ensino superior, desde os estudos que analisaram a relação entre o comportamento dos candidatos nos exames de seleção e seu desempenho posterior já como alunos no 3º grau, passando pelos fatores técnicos dos pesos nominais e pesos efetivos no vestibular e a estabilidade desses exames, até os estudos ligados às provas de redação, desempenho lingüístico dos vestibulandos e flutuações de julgamento em provas de redação.

Havia, e ainda há entre nós, pouca investigação empírica sobre a problemática ligada aos procedimentos adotados para seleção de candidatos ao ensino superior. A maioria dos trabalhos encontrados sobre o assunto divulgam mais opiniões ou aspectos prescritivos de valor relativo, do que pesquisa propriamente dita. A verdade é que a discussão nessa área este-

ve muito mais alimentada por questões de ordem político-social do que por questões de conhecimento concreto do impacto social e acadêmico das propostas e dos instrumentos adotados. A polêmica introdução da redação nos sistemas de vestibular mereceu poucos estudos sobre seu impacto real, por exemplo. É questão controversa, podemos dizer até hoje, dada a inconclusividade das poucas análises procedidas, quer quando de sua introdução, quer agora. Pouco se estudou e se divulgou sobre o peso efetivo da redação na classificação dos candidatos e mais se tratou de mostrar o quanto estes não dominam a escrita.

E a continuidade dessa falta de domínio da linguagem escrita no tempo, mostrada através dos vestibulares ao longo de tantos e tantos anos, confirma o que já colocava o editor dos *Cadernos de Pesquisa* em sua nota de introdução ao número 23 (Oliveira, 1977): "No tocante a sua eficiência como instrumento de medida das aptidões dos candidatos para o uso da língua escrita, nem mesmo seus mais veementes partidários se empenham em defendê-la, tão duvidosas são as qualidades docimológicas desse tipo de

\* Preparado especialmente para o número comemorativo, este texto tem como referência básica os artigos publicados ao longo dos 20 anos dos *Cadernos de Pesquisa*.

prova, quando aplicada na situação em que ocorre o processo de escolha de novos estudantes para o ensino superior. (...) também, quanto a que teria efeitos normativos benéficos sobre o ensino de língua portuguesa nos níveis de escolarização fundamental — argumento maior usado em seu favor — muita dúvida persiste, especialmente quando se observa que as primeiras reações da 'máquina escolar' de 1º e 2º graus começam a verificar-se, não no sentido de inovações conceituais e profundas na metodologia do ensino da língua, mas no de encontrar meios 'eficientes' de 'instrumentar' seus alunos para ganhar a luta contra mais essa cabeça acrescida ao dragão do vestibular". Colocação que, feita há quatorze anos atrás, hoje mais do que nunca se mostra como tradução do que vem ocorrendo.

## VESTIBULAR

Essa década e o início dos anos 80 foi mesmo um período de grande efervescência nas discussões sobre metodologias de acesso ao ensino superior. A pressão das camadas médias por vagas na universidade, a discussão do exame unificado, a continuidade de busca pelo ensino superior público — sem dúvida de melhor qualidade — criou um clima de batalha, repetida a cada ano, para o acesso a esse ensino. Medidas governamentais se sucederam. A maior alteração nos anos 70 começou com a polêmica introdução da redação em português como um dos elementos para essa seleção, e com a volta aos esquemas de escolha de carreira específica, abandonando a idéia do exame unificado e das várias possibilidades de opção para o candidato, entre carreiras e entre instituições. Volta-se ao esquema de cada universidade organizar seu vestibular próprio, e o Ministério da Educação passa a normatizar com características cada vez mais genéricas esses exames, deixando boa margem para cada instituição definir seu modelo.

O artigo de Vianna (CP34, 1980) reflete as perplexidades dos educadores em relação a essa problemática toda e ao grande ruído que se armou em torno dela, especialmente quando confrontada com a situação geral da educação brasileira. Sintetiza os pontos centrais do debate entre os educadores na época:

1. que o problema que deveria na verdade ser discutido e solucionado seria o do processo de seleção que ocorre a nível de 1º grau, origem dos demais problemas;
2. que o sistema educacional é parte de um todo social maior e se acharia subordinado à pressão de forças econômicas que são as verdadeiras determinantes do acesso ao ensino em qualquer de seus níveis;
3. que o acesso ao ensino superior traduz, na verdade, a falência de todo o sistema educacional;
4. que o vestibular não tem força social para mudar as condições de ensino do 1º e 2º graus, e nem mesmo tem atingido o objetivo de selecionar os melhores e mais capazes para a universidade. "O acesso à universidade, por intermédio do vestibular — rito de passagem numa cultura em mudança — necessita ser re-

definido e adequado à realidade do presente. Instrumento de seleção e de mudança no sistema educacional, o vestibular, nos dias de hoje, precisa ser dinamizado, modificado e até mesmo suprimido, se for o caso, a fim de que surjam novos processos de seleção mais ajustados às condições do momento, e menos influenciados pelo contexto burocratizado das instituições educacionais" (Vianna, CP34, 1980). Após descrever alternativas ao modelo vigente, o autor acaba perguntando se seria realmente aconselhável mudar o processo do vestibular — que, no final das contas, é apenas um mecanismo de distribuição de vagas — quando existem profundos problemas na educação que estão reclamando atenção urgente. Será que "o acesso à universidade, no contexto geral da educação brasileira, é um problema prioritário que afeta a totalidade da sociedade, e não apenas alguns de seus fragmentos menores que, no momento, já usufruem a educação de 3º grau?" Completando, "será realístico, na hora presente, provocar modificações superficiais, quando a educação nacional exige mudanças profundas e radicais?"

## A "NOVA" UNIVERSIDADE

As reflexões de Vianna nesse texto estão também em consonância com uma certa crise de identidade e significado que se abate sobre a universidade brasileira no período.

Coelho (CP35, 1980), por exemplo, discute em texto que havia apresentado no I Seminário sobre Universidade Brasileira — realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) em setembro de 1979 — a relação universidade x comunidade brasileira, partindo da constatação de que as universidades no Brasil têm surgido de uma mera justaposição de escolas superiores, nas quais predomina uma concepção pragmatista de cultura, e que, na expressão de J.A. Giannotti, citado em seu texto, ao invés de ser o "lugar onde se pensa a universalidade do saber" não passa, muitas das vezes, de um "fantástico aglomerado de cursinhos". A comunidade de referência da universidade não é a sociedade como um todo, mas a classe hegemônica, detentora do poder econômico e político. "Os trabalhadores das periferias urbanas, os camponeses, enfim, as camadas populares, só aparecem (como "comunidade") nos projetos assistencialistas promovidos pelas universidades, projetos esses de cunho paliativo e que jamais vão à raiz da questão social". A ruptura dessa situação, por uma nova consciência e uma nova práxis universitária, seria o único caminho para transformações profundas.

Esse é o momento de ampla discussão sobre o papel da ideologia na educação. Como traduz Cury (CP35, 1980), o espaço educacional, pela mediação das ideologias, "pode potencializar-se visando tanto à participação social e política quanto ao seu contrário, ou seja, à manipulação das classes sociais. O que não se pode perder de vista é que tanto participação

como manipulação situam-se no interior das lutas sociais a cujo universo a educação pertence".

Assim, se nos anos 70 os trabalhos publicados nos *Cadernos de Pesquisa* sobre questões ligadas ao ensino superior mostram sobretudo a preocupação com a qualidade e eficácia dos exames vestibulares, adentrando os anos 80 os artigos começam a refletir sobre os aspectos sociais, políticos e pedagógicos dos cursos desse nível. Não que alguma preocupação com estas questões não tivesse aparecido na década anterior. Porém, o enfoque foi outro. Há artigos — poucos — tratando de questões ligadas aos aspectos psicossociológicos, como o de Oliveira (CP6, 1972) que aborda a opção profissional e suas implicações para o vestibular, e o de Barroso e Barretto (CP16, 1976) sobre a relação do vestibular com a auto-estima do jovem. Numa perspectiva mais sociológica, no CP17 (1976) Oliveira discute a questão da urbanização e do acesso ao ensino superior; Barroso e Mello (CP15, 1975) introduziram a discussão do acesso da mulher ao ensino superior brasileiro, ao lado, no mesmo CP, de discussões sobre escolaridade e trabalho da mulher (Miranda, 1975). O que ocorre nos anos 80 é que se passa a discutir as questões sócio-políticas sob um enfoque mais crítico, com perspectivas teóricas mais abrangentes.

Demo (CP57, 1986) discute a possibilidade de renascimento da universidade a partir da dinâmica temporal por ela vivida, que se expressa nesse momento por uma crise de concepção, crise que, a seu ver, deve ser levada até o fim para que se possa, talvez, "de suas cinzas, ensaiar o salto para um recomeço". Fundamenta-se na idéia de que a universidade tem um compromisso histórico com o que chama de dimensão qualitativa da realidade, ou seja, ela só se justifica pela qualidade que representa e que produz, não só qualidade acadêmica, como também social, política, cultural. Afirma: "Nossos hábitos universitários são bem sumários, pois se restringem a aprender e ensinar, de modo geral sem qualidade perceptível. Muitas universidades e instituições são caricaturas neste sentido, pois falta nelas a figura qualitativa básica que é o criador de conhecimentos novos, tanto a nível do estudante que se forma, quanto, sobretudo, na pessoa do professor". Discute o instituído universitário, que não deve se constituir em uma corporação fechada funcionando por grupos de interesses particulares, mas sim pela competência acadêmica: "não pode (...) ser uma simples repartição pública, na qual a mediocridade é o máximo de resultado possível. Nem pode ser uma democracia incompetente". Nossa universidade, de qualquer forma, retrata inevitavelmente nosso estágio de desenvolvimento; ela pode, porém, e precisa, ser repensada.

Na esteira das análises críticas, Vieira (CP58, 1986) discute "a quem serve a nova universidade", a propósito do Relatório Final da Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior e da criação do GERES — Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior. As alterações previstas pela Comissão, segundo a autora, não visam mudar a forma da educação superior, mas seu conteúdo. Não é um novo modelo de universidade o que se propõe, mas

alternativas que sedimentem a universidade da excelência, da autonomia e da democracia.

A questão crítica então, é verificar de que excelência se fala, de que autonomia e de que democracia. Na retórica dos expositores não se avança de fato nas propostas, para além de procedimentos e conquistas já em prática nas universidades, e a questão da excelência acaba resvalando para um processo de avaliação, apresentado como condição para a autonomia. Esta não seria, pois, uma concessão irrestrita às instituições. Por outro lado, não está em pauta a relação da "excelência" com a relevância e as potencialidades histórico-geográficas — a excelência, aparentemente mais uma vez, tomada em si a partir de algum *a priori* padronizado e neutro. A autora discute ainda a questão da destinação dos recursos públicos ao ensino superior, mostrando em sua análise que o documento defende interesses privatistas, o que deve alertar para que "os debates sobre a educação superior na Constituinte sejam redirecionados a seu princípio fundamental, isto é, o comprometimento efetivo do Estado com a educação pública e gratuita. (...) O que parece estar em jogo é a própria sobrevivência do sistema de educação superior pública. Um país que se redescobre como fiscal, como contribuinte e como cidadão há de encontrar meios de cobrar ao governo esta dívida social".

## A PESQUISA NA UNIVERSIDADE

A discussão sobre ensino-pesquisa na universidade ocupou espaço privilegiado nos encontros científicos e mesmo nos meios de comunicação nos últimos anos. O artigo de Marques et al. (CP69, 1989) aborda em profundidade a questão, a partir de um estudo de caso, mostrando que a indissolubilidade entre ensino e pesquisa, tal como estabelece a lei da reforma universitária, não tem se concretizado. Isto nos é mostrado tanto pela história do ensino superior no país, como pelo exercício cotidiano da vida acadêmica, "ficando a pesquisa restrita, em geral, a certos setores do conhecimento e sempre sujeita às oscilações de política científica e de ensino superior emanadas do Estado. (...) tem faltado uma visão clara de como a atividade científica se organiza, e de que elementos ela precisa para sobreviver e se reproduzir". Diante das análises empreendidas, concluem que é plausível pensar que onde há, de fato, atividade de pesquisa, o ensino tende a ser melhor, porque é renovado pelos novos conhecimentos gerados a partir dela. A pesquisa, enquanto função básica no ensino superior, "deve ser um projeto institucional, embora nem todos os professores se dediquem a ele enquanto projeto individual. Sem ela, o risco de perda de qualidade do ensino é inmensurável". Ou seja, a motivação em relacionar o ensino à pesquisa pode ser melhor compreendida como expressão de uma visão de mundo, de um *ethos* internalizado por todos através de um conjunto de símbolos socializadores, que ao mesmo tempo dão e adquirem um novo sentido à relação professor-aluno.

## OUTRAS QUESTÕES

Finalizando esta sintética retomada dos trabalhos publicados nos 20 anos dos CP, tratando do ensino superior, vale apontar que outros artigos, nessa década de 80, abordam polemicamente outras questões: as do ensino na universidade, aflorando os problemas metodológicos de ensino nesse nível, os quais interagem com as características específicas do meio e da instituição, com os valores e os interesses sociais, não sendo, pois, problemas nem neutros, nem técnicos em si; as questões da relação universidade x ensino de 1º e 2º graus, apontando o fatal distanciamento destes dois mundos; a difícil, rarefeita e episódica participação do pessoal de ensino superior nas inovações no sistema educacional; os problemas de administração universitária e a crise da visão racionalista; os problemas dos recursos para as universidades federais e as raízes políticas de distorções e obscu-

ricimento do emprego de verbas públicas para escolas particulares; a contribuição histórica dos professores estrangeiros, os envolvimento políticos e os critérios para sua seleção, em particular na Faculdade Nacional de Filosofia, a reação da sociedade e dos pares; a questão das hierarquias e desigualdades sociais na perspectiva dos alunos-trabalhadores e a dimensão desse problema quando analisado sob a ótica do fator raça.

A diversidade dos temas abordados nos dá uma boa dimensão da extensão dessa temática e de sua importância. A perspectiva dos artigos publicados, de modo geral confrontando a questão do ensino superior com os demais níveis de ensino, e discutindo seu papel histórico-social numa visão mais crítica com posições alternativas, mostra a tendencial característica da revista na temática de trazer a público uma polêmica viva e bem fundamentada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Antonio P. Avaliação do estágio de Prática de Ensino do curso de licenciatura plena em Matemática da UFRN. CP 46, p.75-8, ago.1983.
- BARROSO, Carmen L. M. Estudos de predição do comportamento acadêmico, II — Faculdade de Medicina. CP 5, p.55-75, nov.1972.
- . Pesos nominais e pesos efetivos no vestibular do CEECEM. CP 6, p.5-12, dez.1972.
- BARROSO, Carmen L. M., BARRETTO, Elba S. S. O vestibular e a auto-estima do jovem. CP 16, p.48-61, mar.1976.
- BARROSO, Carmen L. M., MELLO, Guiomar N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. CP 15, p.47-77, dez.1975.
- BARROSO, Carmen L. M., RIBEIRO NETTO, Adolpho, COELHO, Ma. Helena M. Estudos de predição do comportamento acadêmico. I — Faculdade de Medicina Veterinária da USP. CP 5, p.37-53, nov.1972.
- BENDA, René. O ensino superior no Brasil. CP 48, p.57-62, fev.1984.
- BREEN III, Thomas F. Estabilidade do concurso vestibular do CEECEM. CP 12, p.49-53, mar.1975.
- CADERNOS DE PESQUISA. Redação no vestibular. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.23, dez.1977.
- CARONE, Flávia B. O desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: concordância verbal. CP 19, p.39-52, dez.1976.
- CASTRO, Luiz F. M. Por uma revisão do conceito de racionalidade na administração universitária brasileira. CP 67, p.47-55, nov.1988.
- CHAIÁ, Miguel W. Negro, mercado de trabalho e educação na Grande São Paulo. CP 63, p.17-8, nov.1987.
- COELHO, Ildeu M. Universidade atual e comunidade brasileira. CP 35, p.73-6, nov.1980.
- CURY, Carlos R. J. Educação e ideologia. CP 35, p.80-3, nov.1980.
- DEMO, Pedro. A universidade precisa renascer. CP 57, p.86-95, maio 1986.
- FÁVERO, Ma. de Lourdes A. et al. Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia (1939-1951). CP 78, p.59-71, ago.1991.
- FERNANDES, Ma. do Socorro N. O desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: distribuição dos demonstrativos; estudo das formas este/esse. CP 19, p.53-74, 1976.
- GATTI, Bernardete A. Participação do pessoal da educação superior nas reformas ou inovações do sistema educacional. CP 59, p.3-14, nov.1986.
- MARQUES, Evair A. et al. Ensino e pesquisa na universidade: questão de lei ou de visão de mundo? CP 69, p.5-16, maio 1989.
- MIRANDA, Glaura V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. CP 15, p.21-36, dez.1975.
- OLIVEIRA, Lólio L. A opção profissional: tendências e implicações para o vestibular. CP 6, p.13-9, dez.1972.
- . Nota do editor. CP 23, p.3, dez.1977.
- . Urbanização e acesso ao ensino superior. CP 17, p.53-68, jun.1976.
- RIBEIRO NETTO, Adolpho. O vestibular no sistema educacional brasileiro. CP 24, p.47-51, mar.1978.
- RODRIGUES, Ada N. O desempenho lingüístico dos candidatos ao vestibular: sistema de preposições. CP 19, p.11-37, dez.1976.
- ROSA, Ma. Inês. Ensino superior: ascensão social ou redenção? CP 74, p.57-61, ago.1990.
- SISTO, Fermínio F. Melhoria de ensino na universidade: um problema apenas metodológico? CP 46, p.59-66, ago.1983.
- SOARES, Magda B. A redação no vestibular. CP 24, p.53-6, mar.1978.
- SPOSITO, Marília P., ANDRADE, Cleide L. O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso. CP 57, p.3-19, maio 1986.
- VELLOSO, Jacques. Política educacional e recursos para o ensino: o salário-educação e a Universidade Federal. CP 61, p.3-28, maio 1987.
- VIANNA, Heraldo M. Aplicação de critérios de correção em provas de redação. CP 26, p.29-34, set.1978.
- . Flutuações de julgamento em provas de redação. CP 19, p.5-9, dez.1976.
- . Processos alternativos de seleção para o ingresso no ensino superior. CP 34, p.35-7, ago.1980.
- VIEIRA, Sofia L. A quem serve a nova universidade? CP 58, p.82-8, ago.1986.